



Relações de Gênero e Economia Solidária em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis

*Dr. Edinara Terezinha de Andrade*¹
*Camila F. Bertoldi Neckel*²

Introdução

A luta feminista pela emancipação dos direitos das mulheres teve início no final do século XIX e permanece até os dias de hoje colocando em discussão o termo gênero como categoria de análise das relações entre homens e mulheres. O gênero é utilizado para a compreensão de como se manifestam as identidades sexuais dos indivíduos, envolvendo características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas, que foram sendo construídas no decorrer da história e variam de acordo com cada tipo de sociedade.

Segundo Oliveira (1999) os conceitos que orientam os lugares dos homens e das mulheres seguem um processo contínuo e descontínuo da produção dos espaços de poderes entre estes em cada cultura e sociedade. Nas sociedades patriarcais, por exemplo, os lugares já estavam pré-determinados, cabendo às mulheres os cuidados domésticos e aos homens o trabalho, produzindo o sustento da família. Contudo, as mudanças decorrentes do ingresso das mulheres no mercado de trabalho no século XX, modificaram as configurações sociais entre os sexos. A participação feminina no ambiente profissional e conseqüentemente como provedora de renda no sustento da família, geraram transformações no núcleo familiar e no tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico.

A participação das mesmas no domínio público e a reconstrução da figura masculina não mais como único provedor do sustento familiar, no entanto, não veio acompanhada de uma divisão mais equânime das tarefas relativas ao cuidado com os membros das famílias entre mulheres e homens. Mesmo elas participando da renda familiar ou até mesmo sendo a única responsável pelo sustento da família, na maioria dos casos, cabe à elas a obrigação de organizar a casa e tomar conta dos filhos.

Sendo assim, o conceito de “economia do cuidado” é utilizado para definir o trabalho realizado na

¹Doutora em Ciência Política, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau, Coordenadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais (NEPEMOS) e Extensionista do Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, edinara@furb.br.

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicologia e Formação de Psicólogo da Universidade Regional de Blumenau e Bolsista de iniciação científica do Programa de Incentivo à Pesquisa (PIPE/ FURB), cbneckel@gmail.com.

esfera doméstica, no cuidado e educação com os filhos, bem como na assistência a todos os membros familiares que necessitam de atenção especial como idosos ou enfermos. De acordo com Salvador:

En los últimos años, desde la economía feminista, se ha puesto énfasis en el estudio de la llamada “economía del cuidado” que refiere al espacio donde la fuerza de trabajo es reproducida y mantenida, incluyendo todas aquellas actividades que involucran las tareas de cocina y limpieza, el mantenimiento general del hogar y el cuidado de los niños, los enfermos y las personas con discapacidad. Un componente importante de esa economía del cuidado está a cargo de las familias (en regímenes de bienestar de corte “familista” como los que imperan en América Latina) y, en su interior, son las mujeres las que históricamente se han encargado de desarrollar esas tareas en forma no remunerada. Ello se complementa con los servicios provistos por el sector público y privado que componen la economía del cuidado remunerada. Y, también, con los servicios que provee la comunidad y las ayudas informales entre hogares que forman parte de la economía remunerada y no remunerada (SALVADOR, 2007. p. 05).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (PNAD 2008, nº 31) demonstram que:

Apesar da mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, mesmo na condição de ocupada, o que não apresentou variações expressivas no período. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2008, foi de 87,9% e a de homens, 46,1%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas despendiam, em média, 20,9 horas semanais, e os homens, 9,2.

É evidente que as mulheres acabam exercendo uma dupla jornada de trabalho ou algumas vezes até uma tripla jornada e que, conseqüentemente, acabam sendo sobrecarregadas, ficando mais vulneráveis à alienação e à opressão da produção capitalista.

Considerando a necessidade de reconstruir as relações sociais no atual contexto capitalista, com vistas à reparação das desigualdades sociais e, em específico, as desigualdades entre homens e mulheres vivenciadas pela sociedade brasileira, apresenta-se, em seguida, a economia solidária como um novo modo de produzir a vida.

Economia Solidária no Brasil: conceitos e cenários

A economia solidária surge no Brasil na década de 1980 e toma impulso na segunda metade dos anos

1990, como resultado da luta dos movimentos sociais, os quais tinham como objetivo reagir à crise do desemprego decorrente das transformações no mundo do trabalho que aconteciam naquela época. Em relação ao seu surgimento, Singer e Souza (2003) esclarecem que ela nasce como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Neste sentido, a economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios.

A Economia Solidária é uma forma de produção, comercialização, consumo e distribuição de riquezas, voltada para a valorização do ser humano e não do capital. A igualdade de direitos de produção, a posse coletiva dos cooperados, a solidariedade e a autogestão são considerados segundo Singer (2002) como as principais características desta outra economia.

Mance (2000) acrescenta ainda que, em geral, o termo Economia Solidária está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento, em particular) em que se defendem, em graus variados, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), a autogestão proporciona aos seus integrantes a participação direta e coletiva nas tomadas de decisões. Desta forma constatamos que os EES são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto (SINGER, 2008).

Os princípios da economia solidária, propriedade coletiva e liberdade individual, têm por objeto unir seus integrantes, tornando-os uma classe única de trabalhadores que produzem em conjunto. Com isto será possível reverter à lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

Com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas, a SENAES realizou o primeiro mapeamento dos EES no ano de 2005 e encontrou 14.954 Empreendimentos de Economia Solidária em 2.274 municípios do país. Hoje, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2010) são 21.579 EES em todo o Brasil. Este dado tende a aumentar cada vez mais. Segundo Singer e Souza (2003), tal crescimento se deve ao

desemprego e a precarização do trabalho que excluem milhões de pessoas do mercado formal de trabalho.

Nos últimos anos a Economia Solidária vem recebendo apoios governamentais que ajudam a promover o seu fortalecimento e divulgação. Entre os apoios elencamos a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, a implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento em 2004, bem como a criação de leis de Economia Solidária em vários estados do país.

A ES pretende igualar os níveis de poder apontando uma nova lógica de desenvolvimento sustentável³, onde todos são proprietários e produtores por igual. Assim, na economia solidária, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista.

As Mulheres na Economia Solidária

Desde o início da história da luta feminista, a inserção das mulheres no mercado de trabalho aconteceu de maneira desigual e, apesar de todas as conquistas obtidas no decorrer destes anos, tais desigualdades continuam a persistir. A economia capitalista destinou às mulheres empregos mais precarizados, geralmente informais ou em tempo parcial, com salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas.

A economia solidária, conforme os princípios de “propriedade coletiva ou associada do capital, o direito à liberdade individual, cooperação, solidariedade e justiça social” (SINGER, 2002, p. 17), defende a igualdade de gêneros e direitos, desconstruindo o individualismo e a competição encontrados na cultura patriarcal. Segundo Santos:

A visão predominante e hegemônica da economia é androcêntrica e patriarcal e está fundamentada nos princípios da economia capitalista, da propriedade privada dos meios de produção, na extração de mais valia (o trabalho não pago, o lucro), alienação do trabalho, exploração do trabalho e dos corpos das mulheres. Só considera como trabalho aquele que produz lucro. Sendo assim, não valoriza nem visibiliza o trabalho reprodutivo, responsável pelo cuidado com as pessoas e a reprodução da vida, este sim realizado pelas mulheres (SANTOS 2009, p. 76).

A Economia Solidária tem por estratégia a equidade de gênero, tendo por objetivo desconstruir a cultura capitalista que é baseada no individualismo e na competição. Sendo assim, no decorrer do tempo a ES vem problematizando a questão do masculino e do feminino, que escapa da simplificação dos antagonismos entre sexos e chega a uma compreensão mais adequada da complexidade das relações de

³ É o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento/CMMAD, 1988)

gênero, reconhecendo que tanto o masculino quanto o feminino fazem parte de todos nós em uma relação de solidariedade.

O desejo das mulheres pela conquista da sua autonomia, de uma maior inserção social e econômica na sociedade, une-se com a economia solidária pela proposta de organização sócio-econômica e pela perspectiva de integração na produção coletiva. Pode-se dizer que a economia solidária é um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da cooperação, solidariedade e justiça social. Tendo como encontro a valorização do ser humano, nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo (SANTOS 2009, p. 80).

Os resultados do Mapeamento de Economia Solidária realizado em 2005, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), revelam que quanto menor o tamanho do EES, maior é a participação das mulheres. Estas, segundo o Atlas da ES no Brasil (2005), predominam largamente nos empreendimentos com menos de 10 sócios (63%) e os homens nos EES que possuem um número superior a 20 sócios (60% nos EES formados por até 50 sócios e 66% em EES que possuem acima de 50 sócios). Considerando que quanto maior é o número de associadas(os), mais estruturado é o empreendimento, conclui-se que as mulheres inserem-se mais nos EES que apresentam maiores fragilidades e dificuldades em garantir sua autonomia econômica. Este dado nos leva a pensar o lugar que a mulher vem ocupando dentro dos empreendimentos de economia solidária.

O movimento da economia solidária representa uma alternativa para a classe feminina encontrar a autonomia financeira e o melhor reconhecimento do seu trabalho. Rompendo com a dicotomia capitalista que valoriza o trabalho do homem, relegando a subordinação para as mulheres.

Para que se construa uma outra economia, baseada nos princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e ética, é necessário pensar na construção de novas relações de gênero, ou seja, novas relações entre homens e mulheres em que não exista mais a divisão sexual do trabalho e que as mulheres passem a vivenciar a igualdade em todos os espaços de atuação dos Empreendimentos de Economia Solidária. Diante disto, no próximo item será abordado o tema relações de gênero em um empreendimento específico, verificando se a participação das mulheres nas iniciativas solidárias contribui para a ruptura e superação da visão andocêntrica, das relações discriminatórias e dos múltiplos mecanismos de negação da equidade de gênero na nossa sociedade.

As Relações de Gênero na APRI

A Associação Participativa Recicle Indaial (APRI) é um Empreendimento de Economia Solidária incubado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB)⁴ desde 2002. A criação da associação foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Indaial com o apoio da ITCP/FURB, que teve como propósito regularizar a situação da coleta seletiva na cidade.

Na APRI os associados realizam coletivamente a seleção e comercialização dos materiais recicláveis que são recolhidos e transportados por um veículo da Prefeitura Municipal de Indaial até a associação. Devido à parceria firmada entre a APRI e o poder público local, articulada à assessoria fornecida pela ITCP/FURB, o EES conquistou uma melhor infra-estrutura e condições de trabalho, sendo estes indispensáveis para a geração de trabalho e renda da associação.

O universo desta pesquisa são todos os membros da APRI, mas para aplicação das entrevistas foi selecionada uma amostra que teve como critério a entrada na associação há pelo menos oito meses. Tal critério foi estabelecido devido ao fato de que, nos últimos tempos transitaram na APRI pessoas que ficaram apenas alguns dias ou poucos meses. A partir disto foram realizadas entrevistas com 12 associados, sendo destes 6 homens e 6 mulheres. As mesmas foram gravadas, transcritas e analisadas, para que fosse possível obter o máximo de informações, com o intuito de alcançar os objetivos desta investigação.

A gestão atual da Associação configura-se em um total de 25 sócios, sendo, a maioria, embora não absoluta, seja de mulheres. Nos cargos de direção da mesma encontra-se apenas uma mulher, que ocupa o cargo de tesoureira. Observa-se ainda que nestes oito anos de existência da associação é a primeira vez que uma mulher ocupa um cargo de diretoria. Este dado vem a corroborar as características da divisão sexual do trabalho que Hirata e Kergoat (2007) apresentam e que indicam a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, chefes, diretores, entre outros).

Com a intenção de traçar um perfil dos entrevistados apresentamos no quadro abaixo dados relativos ao sexo, idade e escolaridade dos mesmos.

Quadro 1.
Perfil dos Associados

NOME FICTÍCIO	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE
---------------	------	-------	--------------

⁴ A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB) é um projeto de extensão universitária da Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, criado para implementar ações alternativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária (ANDRADE E SILVA, 2005).

1 – Joana	Feminino	52	4º série
2 – Antonia	Feminino	37	5º série
3 – Cleusa	Feminino	35	4º série
4 – Clotilde	Feminino	28	Ensino Médio Incompleto
5 – Andressa	Feminino	26	Ensino Médio Completo
6 – Neuza	Feminino	19	6º série
7 – Aristides	Masculino	53	4º série
8 – João	Masculino	52	4º série
9 – Willian	Masculino	46	4º série
10 – Adriano	Masculino	42	8º série
11 – Alex	Masculino	38	8º série
12 – Matheus	Masculino	30	Ensino Médio Incompleto

Fonte: Dados coletados nas entrevistas para esta Pesquisa.

Com base nos dados acima apresentamos, traçamos um perfil dos associados, o qual demonstra que na APRI a média de idade das (os) entrevistadas (os) é de 38 anos. Como parâmetro de idade feminina se obteve uma média de 33 anos, sendo que a associada mais velha possui 52 anos e a mais nova 19 anos. Nos homens a média de idade é de 43 anos, sendo que o associado mais velho tem 53 anos e o mais novo tem 30 anos.

O perfil das(os) associadas(os) da APRI demonstra por meio da média de idade que as mulheres são mais novas que os homens, isto podendo corresponder ao fato de que os homens só vão para a APRI quando não tem mais possibilidade de se inserirem no mercado formal de trabalho. Já em relação às mulheres, a sua própria condição de subalternidade e por já estarem acostumadas às tarefas domésticas, pode fazer com que não se intimidem em trabalhar na atividade de seleção de material reciclável.

A autora Izquierdo (apud. TOLEDO, 2005) sugere uma reconstrução da história da humanidade, desde o início da divisão sexual do trabalho, até os dias de hoje, chegando ao conceito de “gêneros sociais”⁵.

⁵ A desigualdade das mulheres é um processo que começa com a divisão sexual do trabalho e se consolida com a constituição dos gêneros sociais: se você é mulher, tem de fazer determinadas coisas, se é homem, outras. O passo seguinte é considerar feministas as atividades feitas pelas mulheres e masculinas aquelas feitas pelos homens. O terceiro passo é diferenciar o tratamento recebido (respeito, reconhecimento, meios de vida, estilo de vida) pelas pessoas que realizam atividades feministas e os que realizam atividades masculinas. Nesse momento dizemos que têm caráter de gênero. Quando uma atividade tem caráter de gênero, as

Este pode ser utilizado para entender porque o papel da mulher no modo de produção é considerado uma ação híbrida, eclética, sem definição precisa, devido à estruturação da sociedade em gêneros.

No que diz respeito à escolaridade das(os) entrevistadas(os), verifica-se que nove entrevistadas(os) cursaram o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que dois possuem o Ensino Médio Incompleto e apenas uma pessoa cursou o Ensino Médio Completo. Com estes dados pode-se afirmar que a maior parte dos membros do EES apresentou grau de escolaridade significativamente baixo. Este também é um elemento capaz de esclarecer o motivo que levou estas(es) entrevistadas(os) a trabalhar na APRI, qual seja, a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho formal. O movimento competitivo, que tanto exige o progresso e o desenvolvimento, acaba fazendo com que os indivíduos (como os membros da APRI), tencionadas em meio a uma dialética de inclusão/exclusão da economia capitalista, procurem outros meios que os possibilitem desfrutar de uma vida mais digna.

A Economia Solidária vem sendo um destes meios que, por suas características⁶, vem desenvolvendo novas práticas de gestão e uma nova cultura de divisão social do trabalho, capazes de potencializar o fortalecimento da autonomia e da constituição dos direitos. Buscando sustentar na prática tais afirmações, investigamos dados que abrangem a composição familiar das(os) entrevistadas(os) e com estes construímos o quadro a seguir.

Quadro 2.
Composição Familiar

NOME FICTÍCIO	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	A FAMÍLIA POSSUI OUTRA RENDA ALÉM DA APRI?	RENDA FAMILIAR
1 – Cleusa	União Estável	6	Sim	R\$ 1.800,00
2 – Clotilde	União Estável	1	Sim	R\$ 1.500,00
3 – Neuza	União Estável	1	Sim	R\$ 1.500,00
4 – Joana	União Estável	2	Sim	R\$ 1.500,00
5 – Antonia	União Estável	3	Não	R\$ 1.000,00
6 - Andressa	Solteira	1	Não	R\$ 1.000,00
7 – Willian	Solteiro	-	Sim	R\$ 2.000,00

peças, independentemente de seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico, o de gênero (IZQUIERDO apud. TOLEDO, 2005. Pág.110).

⁶ Ver item Economia Solidária no Brasil: conceitos e cenários.

8 – João	União Estável	3	Sim	R\$ 1.800,00
9 – Alex	Solteiro	1	Sim	R\$ 1.800,00
10 - Matheus	União Estável	1	Sim	R\$ 1.600,00
11 – Aristides	União Estável	5	Sim	R\$ 1.500,00
12 - Adriano	Solteiro	3	Sim	R\$ 1.400,00

Fonte: Dados coletados nas entrevistas para esta Pesquisa

Tratando-se da composição familiar 11 das(os) integrantes da associação possuem filhos, a maioria (oito sujeitos) se encontra em união estável, sendo que apenas quatro membros são solteiras(os).

Com relação à renda mensal dos grupos familiares, chega-se a uma média de R\$ 1.537,00, sendo que dois grupos familiares não possuem outra renda além da retirada mensal da APRI que é em média de R\$ 1.000,00. Destaca-se que as respostas obtidas referentes aos dois grupos, que têm como renda familiar apenas o trabalho na associação, encontram-se duas mulheres (Antonia e Andressa) que relatam serem mulheres chefes de família, ou seja, são responsáveis pelo custeamento da casa, subsidiando a criação dos filhos. Este dado demonstra o quanto às mulheres ainda se encontram em uma situação mais precária em relação à distribuição da renda, em geral. No entanto, no caso específico da APRI, há que se apontar que a distribuição das retiradas é equitativa, ou seja, as retiradas mensais acontecem de forma igual para todos independente do sexo, o que pode significar que as iniciativas solidárias vêm contribuindo para a ruptura da visão andocêntrica e dos múltiplos mecanismos de negação da equidade de gênero na nossa sociedade.

Procurando evidenciar elementos que possibilitem compreender qual o papel da mulher em um empreendimento de economia solidária e como ocorrem os processos de tomada de decisões na APRI, a bolsista desta pesquisa participou das reuniões semanais do EES, realizando observações e anotações que foram utilizadas para a construção de um diário de campo⁷. Sendo assim, foi possível verificar como as(os) associadas(os) reagem nas situações de conflito, os quais, segundo relatos das(os) integrantes da APRI, têm como tema central a “fofoca”. Este tema pode ser considerado um dos maiores motivos pelos qual o índice de desistência em trabalhar na associação aumentou nos últimos tempos.

A observação de campo possibilitou constatar que, em situações de conflitos, o grupo, assessorado pela ITCP/FURB, procura unir-se, buscando no diálogo o entendimento e a reestruturação das relações

⁷ Neste diário de caso, a bolsista realizava anotações com relação ao número de participantes (quantos do sexo feminino e do masculino); observações de conduta por gênero, bem como as possíveis iniciativas e reflexões que surgiram no decorrer desta. Entre outras.

interpessoais no interior da APRI. Acrescenta-se que, em mais de uma vez, a bolsista presenciou que as iniciativas para a solução dos conflitos foram apresentadas pelas mulheres e acabaram sendo posteriormente acatadas pelos homens.

Além disto, constatou-se pela observação participante que as mulheres expressam maior interesse em participar das atividades propostas pela ITCP/FURB, fazendo reflexões acerca dos temas trabalhados nas reuniões, que envolvem a desconstrução da lógica capitalista e a apropriação dos princípios da Economia Solidária; dos problemas de relacionamento interpessoal do grupo, da socialização dos conhecimentos relacionados aos materiais que são recicláveis e a importância do reciclar; da construção de um sistema de prestação de contas, entre outros temas.

No que tange à observação participante em relação ao comportamento dos homens, verificou-se a resistência destes em participar das dinâmicas realizadas pela ITCP/FURB, bem como em produzir e socializar suas reflexões no grupo. Em uma das atividades desenvolvidas na APRI, observou-se que os homens possuem dificuldades em expressar sentimentos de afeto, como carinho e cuidado, o que acaba se colocando como um obstáculo no estabelecimento de boas relações com os demais colegas de trabalho.

O exemplo da APRI em relação à questão de gênero no EES demonstra o efetivo destaque feminino no comando das ações, pois, apesar de existir apenas uma mulher na diretoria, são elas que procuram e produzem melhores soluções para o desenvolvimento da associação.

Segundo os associados, há uma divisão sexual do trabalho na APRI, a qual determina a atividade que cada indivíduo desempenha, conforme a sua condição biológica (mulher/homem). Esta divisão acontece, segundo relatos, devido ao fato de que os homens possuem maior condição física, se comparado às mulheres, para realizar atividades que requerem força. Sendo assim, na APRI os homens permanecem com serviços que exigem maior esforço físico e as mulheres com os que necessitam de maior agilidade. Porém esta divisão não interfere na distribuição de renda, bem como no relacionamento dos associados no interior da APRI.

Carloto (2002) esclarece que a divisão sexual do trabalho é um acontecimento inalterável na história das mulheres e dos homens, sendo esta divisão apoiada em um determinismo biológico buscando naturalizar essa divisão que vai sendo apropriada pelo mercado de trabalho e acaba interferindo na própria organização do mesmo.

A questão que se coloca é que esta divisão é carregada de significados e de práticas, que mudam conforme os diferentes tipos de sociedades e seu momento histórico. Tem em comum o fato de que o trabalho das mulheres, e aqui vamos nos deter na formação social capitalista, não ser tido apenas

como diferente, mas como um trabalho que não recebe a mesma valorização e conseqüente remuneração atribuída ao trabalho masculino. (CARLOTO, 2002, p. 02)

Hirata e Kergoat (2007) seguem nesta mesma perspectiva afirmando que a divisão do trabalho é decorrente das relações sociais entre os sexos, sendo modulada histórica e socialmente. Ainda conforme estas autoras, essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino “natural” da espécie.

Relacionando tais idéias aos dados levantados na investigação, vemos que na APRI a identidade da mulher como trabalhadora, ainda está associada ao seu papel de reprodutora. Essa imagem básica, que relaciona a mulher à família, às condições de mãe e dona-de-casa encontra-se sempre anterior a sua imagem como mulher capaz e trabalhadora. Carlotto (2002) discutindo sobre este tema acrescenta que, é ao homem que se associa a imagem de trabalhador, de provedor da família, pois a imagem da mulher traz limitações a uma adequada colocação no mundo do trabalho.

Não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida dessas. Elas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que “ajudam no orçamento familiar”, enquanto aos homens cabe o papel de provedor (CARLOTO, 2002, p. 07).

A questão colocada anteriormente, da identidade da mulher estar associada a serviços domésticos, foi refletida nas respostas obtidas com relação à realização dos serviços de limpeza da APRI. Nestas evidenciamos que as mulheres são responsáveis pela manutenção e limpeza de locais como: banheiros, cozinha e escritório.

Porque se eu sou mulher, e eu posso ajuda a descarrega um caminhão porque que uma hora um homem não pode limpa um banheiro? Né! Eu, ou Cleusa, ou um das mulheres vão lá e puxam aqueles papelão, porque que um homem não pode varrer?! Às vezes tem homem que diz: ah isso é de mulher, faxina é de mulher. Ah, mais não custa varrer, passa um pano na mesa, não mata né. (Entrevista com Clotilde)

No que compete à participação do companheiro (a) na realização das atividades domésticas, todas as entrevistadas dizem que há a cooperação dos mesmos e vêem este fato como necessário, pois hoje tanto o homem quanto a mulher estão inseridos no mercado de trabalho, necessitando da colaboração de ambos nos

afazeres da casa.

Ah é o certo né, claro! Ixi, coitada da mulherada, nossa [...] É que na verdade eu acho a mulher mais forte do que o homem né, ela tem uma dor de cabeça uma coisa assim ela não fica chorando né, já o homem é mais molão (sic) né. A eu penso isso né [...] eu concordo, eu mesmo o que eu posso pra ajuda em casa, faze né. Digo que um tempo atrás não, um tempo atrás eu não fazia nada, mais aos poucos a gente vai vendo né, que não ta certo né. Eu acho certo sim, porque tudo é pros dois né, os dois trabalham os dois que tudo, os dois tem uma criança né (Entrevista com Matheus).

Pensando a evolução da luta feminista pela sua emancipação e equidade de direitos, Scott (1995) coloca que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente. Sendo assim o gênero se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”⁸: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

Ainda, segundo Scott (1995) as disposições sociais exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos e isto estrutura a organização da família. Desta forma não podemos pensar tais questões sem dar atenção aos sistemas de significação, isto é, à maneira como as sociedades representam o gênero e utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Assim, “sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido” (SCOTT, 1995. p. 06).

Levando em consideração o processo de apropriação de uma economia solidária e a importância de relações interpessoais saudáveis no grupo, foram feitas perguntas que pretendiam investigar as opiniões das(os) entrevistadas(os) em como é trabalhar com uma pessoa do sexo diferente do seu, a maioria dos sujeitos indicaram aspectos positivos, como pode ser observado nas falas a seguir:

A mulher é mais [...] Tem vez que ela ouve mais né, entre homem pra fala você fica mais sem jeito. Trabalha com mulher é bom porque elas te ouvem mais, são mais compreensivas né (Entrevista com Matheus).

Ah, o companheirismo, eles são bem companheiros nessa parte sim. Assim, eles entendem o lado da mulher, porque geralmente assim tem pessoas que são mais novas, tem pessoas que já são de mais idade, não tem mais aquela força para carrega as coisas, que às vezes até pra varre já não [...] eu tenho problema no nervo ciático, então muitas vezes eu digo pra eles oh não posso, não vou fazer, e eles já entendem (Entrevista com Antônia).

⁸ Estas “construções sociais” se originam a partir da divisão sexual do trabalho que é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos (HIRATA e KERGOAT, 2007), que por sua vez é adaptada historicamente e a cada sociedade. Suas características são: a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, chefes, diretores, entre outros).

Um elemento relevante se dá no fato de que apenas os homens responderam existir aspectos negativos em trabalhar pessoas de outro sexo. Eles colocam a “fofoca e os mexericos”, como sendo uns dos maiores obstáculos em trabalhar com as mulheres, como pode-se evidenciar nos discursos abaixo:

E de negativo é a fofoca, isso daí tem sempre não adianta. Essa é a dificuldade que a gente tem aqui, é a fofoca, e encontra isso mais nelas (Entrevista com João).

Trabalha com muita mulher é mais difícil porque elas são mais mexeriqueira, então se tive misturado homem e mulher é mais fácil. Eu peço pra elas não mexerica (Entrevista com Willian).

No entanto quando solicitado uma nota que poderia classificar como é para a(o) entrevistada(o), trabalhar com alguém do sexo diferente do seu, chegamos a uma média de nota 9,4. Esta elevada média demonstra que, apesar de existirem aspectos que dificultam o desenvolvimento do trabalho na APRI, a opinião é unânime quanto à aprovação de trabalhar em um grupo que é composto tanto por homens quanto por mulheres.

Em contrapartida às idéias mencionadas anteriormente, encontramos uma resposta que se posiciona de maneira imparcial, colocando que tais aspectos, positivos ou negativos, não dependem da condição sexual (ser homem/mulher), mas sim, da sua personalidade como um todo, como podemos ver no relato a seguir:

Ai assim o que, que eu vou te dizer, desde a época que eu trabalhei em facção eu trabalhei com homem e não tinha assim [...] tinha homem que era costureiro e que era melhor que nós, que trabalhava melhor que eu. Eu acho que depende assim oh, eu acho que não é a questão do trabalhar, mais sim da pessoa né. Às vezes eu falo pra pessoa faz isso ou faz aquilo, a pessoa não vai quere não vai gosta, ou fica com aquela cara de [...] É assim a questão do temperamento, não é assim a questão de trabalhar. Eu sou mulher e já descarreguei caminhão, já trabalhei na prensa, é a questão da pessoa entender um pouco. Pra mim é isso (Entrevista com Clotilde).

Pretendendo investigar elementos relacionados à vida política dos associados constatou-se que a maioria não participa de partidos políticos, sendo que apenas um associado afirma participar. Nas votações governamentais três associados afirmaram já terem votado em mulheres, e as(os) demais nunca votaram em uma pessoa do sexo feminino. Quando indagados a respeito de quem eles acreditariam que seria mais bem preparado para governar o país, o estado, a cidade, e a APRI, quatro afirmações, duas feitas de mulheres e duas feitas de homens, consideram o homem como sendo mais bem preparado para governar, como pode ser observado nos relatos a seguir

Homem, a mulher cuida da cozinha, assim como diz o meu marido. Os homem tem mais idéia né, a mulher vai sabe o que? Como diz o meu marido vai cuida do fogão e das panelinhas dela né (Entrevista com Joana).

Ah, eu acho que o homem. Ah, não sei, porque talvez seja uma parte mais machista minha, mais eu acho que o homem é melhor, mais preparado (Entrevista com Matheus).

A possibilidade de optar por uma mulher para ocupar um cargo político se apresentou em quatro das respostas obtidas, sendo que destas, três são mulheres e apenas uma resposta é de homem.

Ta na hora de bota uma mulher né? Eu acho a mulher talvez pela responsabilidade, eu acho que ela é mais responsável que um homem, porque eu acho que já vem de casa né, uma mulher que já é responsável em casa com os filhos. E mulher já puxa pro lado da saúde, da educação, claro não vou dizer assim que um governante homem não seria sério ou não tem essa responsabilidade, mais a mulher geralmente já tem mais que ele, já vê as coisas do jeito que é pra vê. Eu acho que taria na hora de bota uma mulher la, pra vê se muda (Entrevista com Antônia).

Ai, agora como é que eu vou te dizer, sei lá, eu acho que assim oh, porque hoje em dia a mulher ta fazendo muita coisa que antigamente era só de homem, então tem mulher caminhoneira, tem mulher isso, tem mulher aquilo... Porque não? Eu acho que a partir do momento que entra lá e faz alguma coisa, porque não?! (Entrevista com Clotilde).

Há que se destacar aqui que, quando as entrevistas foram realizadas, a campanha eleitoral de 2010 ainda não tinha sido deflagrada e isto pode ter interferido no resultado das respostas.

Outras(os) quatro respostas (duas mulheres e dois homens) dizem que independente de ser homem ou mulher, o que deve ser levado em consideração é a capacidade que a pessoa tem para ocupar o cargo máximo na Nação. Apresentamos alguns depoimentos que expressam a opinião de alguns das(os) entrevistadas(os):

Complicado, mais eu acho que tudo vai depende da inteligência da pessoa né, e a mulher também ela é inteligente, não da pra dizer que um homem só porque é um homem é inteligente, a mulher também é. Talvez têm homens que vão governa melhor, as vezes tem mulher que vai governa melhor. Então eu acho que isso é uma igualdade, depende da pessoa (Entrevista com João).

Olha hoje, hoje, não tem mais esse negócio de homem e mulher. O que manda é a capacidade da pessoa né, se tem capacidade pra faze isso (Entrevista com Adriano).

Em relação à gestão da APRI, que desenvolve suas atividades calcadas nos princípios da Economia Solidária (ES) a maioria dos sujeitos respondeu que a condição biológica do presidente, homem ou mulher não influencia, pois, quem toma as decisões é o conjunto e não apenas uma pessoa.

Os dois, acho que teria que ser um pouco por que...como é decidido em conjunto não mudaria muita coisa. Tem que ser alguém que não brinque muito em serviço (Entrevista com Andressa).

Pode ser um homem ou uma mulher, porque não é sozinho né, sempre tem um por trás pra olha, pra da opinião de um de outro entende?! Pode ou não pode (Entrevista com Adriano).

Os depoimentos demonstram que as(os) associados(as) da APRI estão incorporando um dos princípios centrais da economia solidária que é o princípio de autogestão, cuja essência está fundada na distribuição do poder, na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social (ALBUQUERQUE, 2003).

Com relação às perspectivas de futuro e de continuidade na associação, dos doze entrevistados, obteve-se dez respostas positivas quanto ao interesse em continuar na associação, pois reconhecem que a APRI proporcionou melhorias nas suas vidas, como é possível verificar no relato a seguir:

Eu gostaria de permanecer, eu gosto muito daqui. E tem uma coisa que eu sempre falei, que a gente fica feliz, de ver pessoas que não tem estudo, como eu não tenho estudo, ganhando igual a quem tem estudo. Eu acho isso muito importante, é difícil de trabalhar com a associação é muito difícil, mais eu me sinto feliz por isso. Digamos assim que se a APRI não existisse tem pessoas que não ia te aonde trabalha. Então eu acho assim que não tem coisa melhor do que ver as pessoas felizes, ganha o que agente ta ganhando, apesar de que todos não pensam igual né. Tem pessoas aqui que são analfabetas, que não conhece o dinheiro, é difícil de consegui explica o quanto que deu a venda, o pagamento. Em relação à família, incentiva. Em primeiro lugar a gente vai tenta dar estudo, o que a gente pode fazer, mais incentiva a entende o que é a reciclagem, do que é feito a reciclagem, a importância que tem a reciclagem e o trabalho. (Entrevista com João).

Em duas das entrevistas foram encontradas respostas negativas, afirmando que não pretendem permanecer na associação:

Não pretendo fica na associação. Por quê? Porque moça, eu tenho filhos certo?! E eu quero da alguma coisa pros meus filhos, certo! Porque eu quero ter uma coisa que eu comecei e que eles continuem, certo! Passa de pai pra filho que nem eles faziam antigamente. A APRI tem futuro, mais eu quero ter aquilo que é meu sozinho, entende? Isso aqui (a APRI) é a minha vida, mais se eu tive uma oportunidade boa de sai, eu vou sai (Entrevista com Adriano).

Eu não pretendo, eu quero procura coisa melhor, mais aqui ta indo bem, mais eu queria uma coisa que você teria mais sossego né, aqui é muito agitado... Mais futuramente eu vou sair. Cria minha criança bem, da educação, te casa própria (Entrevista com Matheus).

Apesar das conquistas, a Associação Participativa Recicle Indaial ainda enfrenta muitos desafios, sendo os mais importantes, de acordo com as respostas dos entrevistados, com a observação participante realizada pela bolsista e com depoimentos da equipe da ITCP: a) a necessidade de implantar uma campanha de conscientização do material reciclável na sociedade local, com o intuito de melhorar a qualidade da separação do lixo na cidade; b) ampliar o trabalho com a cadeia produtiva dos resíduos, transformando-os em novos produtos; c) trabalhar questões que envolvam o relacionamento interpessoal do grupo, para que construam uma identidade coletiva, que os fortaleça enquanto grupo solidário; d) avançar nas questões de

equidade de gênero; e) e por último, mas não menos importante, desenvolver mecanismos de controle e prestação de contas, os quais são de extrema importância para que a associação conquiste sua autonomia e passe a ser verdadeiramente produtora e potencializadora de sujeitos que trabalham em grupo em busca de uma vida digna para todos na perspectiva da economia solidária.

Considerações Finais

As práticas de economia solidária permitem que os valores econômicos gerados pelo trabalho possam realimentar o processo de produção e consumo, promovendo o bem viver das coletividades e o desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável, expandindo o campo de possibilidades de realização da liberdade pública e privada. A possibilidade de trabalhar em uma associação proporciona aos seus associados desfrutar de uma igualdade de direitos sociais e de gênero que no sistema capitalista não se encontra. Tais práticas são, em vários aspectos, vivenciadas na APRI e como corolário verifica-se a valorização, a socialização e a maior visibilidade da importância do ato de reciclar.

Entretanto, por meio desta pesquisa, foi possível constatar que o protagonismo das mulheres nas iniciativas solidárias ainda precisa ser potencializado, embora já se perceba alguns avanços em relação ao caso da APRI. As relações de gênero dentro dos empreendimentos estão em processo de transformação, possibilitando o desenvolvimento de um trabalho mais igualitário dentro dos empreendimentos de economia solidária. A APRI, como um EES, desenvolve seus trabalhos de forma solidária, levando em consideração a dificuldade de se inserir em uma nova lógica de trabalho, uma vez que a ideologia capitalista acaba sendo inculcado na vida e na mente das pessoas, não podendo ser excluído ou anulado de uma hora para outra. Mas o importante é que aos indivíduos que padecem pelo processo de inclusão/exclusão encontrem maneiras de se estabelecer e construir uma vida digna para si e suas famílias, sendo a economia solidária uma possibilidade.

A solidariedade torna-se um valor chave para a construção e preservação de uma associação mais integrada com a natureza e com a sociedade. Singer e Souza (2000) destacam, por isto, que a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, pois possibilita uma economia (e uma vida em sociedade) baseada na cooperação e na autogestão, tendo por base a reorientação da economia a serviço do ser humano.

A Economia Solidária, por ser um movimento ainda novo passa por diversas transformações e uma delas é a desconstrução da imagem de que a mulher deve se submeter aos mandos dos homens e a diferença

que ocorre entre os sexos, como os trabalhos a serem desenvolvidos pelas mulheres e também os salários e outras formas de exclusão da mulher. A ampliação da presença feminina nos EES tende a acelerar o processo de desmistificação da separação sexual do trabalho, contribuindo para a construção de uma outra economia, baseada nos princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e ética. Para isto é necessário pensar novas relações de gênero, ou seja, novas relações entre homens e mulheres diferenciadas das relações do modelo capitalista. Nisto a APRI, embora ainda precise avançar em muitos aspectos, tem se destacado ao promover a repartição igualitária da renda, enquanto resultado do trabalho dos sujeitos que fazem parte deste coletivo, como já foi descrito no decorrer deste trabalho.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In, CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. SILVA, Marilú Antunes da. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/FURB – Consolidando a Economia Solidária em Blumenau e Região. **II Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, Cascavel, 2005.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami ; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. 2005. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: 28 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **A economia solidária**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em: 19 ago. 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, v. 4, n. 2, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, Dec. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 out. 2010.



MANCE, Euclides André. Economia Solidária: um novo paradigma? **Seminário Catarinense de Economia Solidária**. Florianópolis, 2000. Disponível em: www.milenio.com.br/mance/economia2.htm. Acesso em: 26 mai. 2010.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT-Brasil, 1999.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Comunicado da Presidência, Primeiras Análises: Demografia, Trabalho e Previdência**, nº 31/2008.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. **Cadernos Feministas de Economia & Política**, Recife, n.5, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre: v.2, n. 20, p.71-99, jul/dez, 1995.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

SINGER, Paul. **Economia solidária. Estudos Avançados**. São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103014200800100020&lng=es&nrm=iso. Acesso em 19 ago. 2010.

SINGER, Paul. SOUZA de Ricardo André de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, 2000. - Coleção economia.

SINGER, Paul; SOUZA, Andre Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2003.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo : Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005. 148 p. (Marxismo e opressão).

SALVADOR, Soledad. **Estudio comparativo de la economía del cuidado em Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Uruguay**, . Montevideo: IGTN, 2007. Disponível em: www.generoycomercio.org/areas/investigacion/Salvador07.pdf. Acesso em: 27 mai. 2010.